

Especial Rumos da economia

Contas públicas Desvinculação de receitas orçamentárias vai ser debatida após a aprovação das reformas

Todo o esforço para diminuir a dívida

NELSON PEREZ/VALOR

Claudia Safatle
De Brasília

É “sustentável e necessário” continuar produzindo um superávit primário das contas públicas de 4,25% do Produto Interno Bruto por vários anos. Essa é a convicção de dois dos principais economistas do governo, o diretor de Política Econômica do Banco Central, Ilan Goldfajn, e o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa.

É necessário para tornar efetivo o compromisso assumido pelo governo do PT de reduzir a dívida líquida do setor público como proporção do PIB; e isso será tão menos doloroso quanto mais rapidamente forem aprovadas as reformas constitucionais da Previdência Social e a tributária. Há, também, uma outra medida que em algum momento após a aprovação dessas reformas terá que ser debatida: a desvinculação das receitas orçamentárias.

“Acho que é necessário o superávit de 4,25% para reduzir a relação dívida/PIB e é sustentável na medida em que vão sendo aprovadas as reformas e o mesmo superávit vai sendo obtido de forma mais fácil”, assinala o diretor do BC. Sem as reformas, também é possível manter o superávit primário nessa ordem de grandeza. Neste ano, lembra Lisboa, o governo cumprirá a meta fiscal sem arrecadação extraordinária e sem aumentar a carga tributária. Mas é mais penoso.

A dívida líquida do setor público, que em 2002 atingiu o equivalente a 56,53% do PIB, só cairá para algo abaixo dos 50% por volta de 2007 se até lá o governo voltar a meta de superávit primário de 4,25%, a economia crescer na faixa de 4% ao ano e os juros reais baixarem de cerca de 11,2% este

ano para 9,3% no ano que vem e assumirem trajetória cadente nos anos seguintes, ficando no patamar de 8% ao ano. E, certamente, se não houver qualquer desvalorização cambial fora de esquadro, apenas mantendo a paridade do poder de compra da moeda durante esse período.

Para se ter uma idéia da dimensão do esforço que se coloca aqui por diante para diminuir o tamanho da dívida pública, quando da assinatura do primeiro acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em outubro de 1998, o objetivo era chegar ao final do terceiro ano do acordo com a dívida equivalente a 46% do PIB. Pelo cenário traçado por este governo, depois do salto do endividamento dos últimos anos, só por volta de 2008 é que isso será possível.

A tarefa, agora, na avaliação de Lisboa, é trabalhar na melhoria da qualidade da política fiscal. E, nesse aspecto, o debate que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada recentemente ao Congresso introduz, o da política fiscal contracíclica, é um dos elementos para essa melhoria. A proposta, se vingar, permitirá que nos momentos em que o nível de atividade econômica estiver fraco — o que normalmente vem acompanhado de queda na arrecadação de tributos e aumento das demandas por gastos sociais — o setor público possa gastar um pouco mais, para suavizar os efeitos do desaquecimento econômico.

“Acho que, na média, o superávit deve ser de 4,25%. Num ano se faz mais, noutro menos, de forma a ir reduzindo a dívida líquida/PIB. Mas suavizando os ciclos”, explicou o diretor do BC. A rigor, terá que haver uma trajetória simétrica



Marcos Lisboa, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda: governo quer debater alocação de recursos

e não meramente acumular superávit nos anos de bom crescimento para gastar no ano seguinte, pois, assim, lembra ele, “não se reduz a dívida”. O governo assumiu como seu “primeiro compromisso” fazer um ajuste definitivo nas contas públicas e baixar a dívida. Esse é o caminho escolhido para remover do horizonte qualquer risco de insolvência do setor público e, consequentemente, reduzir o prêmio de risco do Brasil e o custo da dívida (externa e interna).

Trabalhar na desvinculação das receitas a longo prazo será importante para não concentrar o esforço de geração de superávit fiscal apenas sobre os 15% do orçamento que são livres.

Também para Lisboa, o superávit de 4,25% do PIB é sustentável, mas com o grau de vinculação das receitas no patamar atual — praticamente 85% das receitas têm destino já predeterminado — não é possível praticar uma política fiscal “de boa qualidade”.

Esta é uma discussão que o governo pretende promover após a aprovação das duas principais reformas. “É uma discussão sobre como se constrói o orçamento que há hoje, grau de vinculação dos recursos. Queremos abrir uma discussão sobre a alocação dos recursos públicos”, explicou Lisboa. Assim como no

tas públicas, há um bom caminho a percorrer ainda para se chegar a uma situação de conforto nas contas externas do país, tornando o país menos vulnerável às turbulências do mercado internacional e à redução do fluxo de capitais externos.

Goldfajn assinala que o ajuste externo promovido pela desvalorização da taxa de câmbio no ano passado foi “importantíssimo”, mas o ciclo só estará concluído quando “a inflação baixar”. Ou seja, ele explica, quando consolidar a mudança de preços relativos, “tornando os bens comercializáveis mais caros do que os não comercializáveis, as exportações mais baratas e as importações mais caras sem que haja mais inflação para não corroer a competitividade”.

O equacionamento do desequilíbrio das contas do balanço de pagamentos, porém, não é um fim em si. A desvalorização da taxa de câmbio no ano passado foi fundamental para o país produzir US\$ 3,7 bilhões de superávit da balança comercial no primeiro trimestre deste ano e elevar as expectativas de saldo para a casa dos US\$ 17 bilhões ou mais ao final do exercício. O salário real, porém, teve queda.

“Um país que quer se desenvolver aumentando os salários e o bem-estar precisa manter a competitividade com os salários, aos poucos, subindo. Não é uma grande vantagem você ter um país africano vendendo tudo a preço de banana e com os salários lá embaixo”, comenta o diretor do BC, que acrescenta: “Reduzir a vulnerabilidade externa é um objetivo intermediário. O objetivo final tem de ser voltar a investir, crescer, e aumentar o salário real.”